

# DESAFIANDO RETROCESSOS: GÊNERO COMO PAUTA DE ENFRENTAMENTOS

DOI: 10.12957/synthesis.2022.69284

MAIRA COVRE-SUSSAI\* E FABIANA DE ANDRADE\*\*

O século XX foi marcado por muitas conquistas na busca por relações de gênero mais igualitárias. No Brasil, a maior parte das mulheres avançou na conquista da chamada independência biológica, dissociando a vida sexual da reprodutiva: as estimativas da UNDP mostram que, em 2014, mais de 75% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva usavam algum tipo de método contraceptivo moderno (UNDP, 2010). Além disso, a taxa de fecundidade total diminuiu de 6 para 1,9 nascimentos por mulher entre 1960 e 2010 (IBGE, 2010). As mulheres também alcançaram maiores níveis educacionais, além de participarem em maior número no mercado de trabalho. A participação das mulheres na força de trabalho aumentou de cerca de 31% em 1980 (WORLD BANK, 2011) para mais de 63% em 2019 (IBGE, 2021). Desde os anos 90, as mulheres alcançaram níveis educacionais mais elevados que os homens (BELTRÃO; ALVES, 2009), apresentam menores taxas de mortalidade e, consequentemente, possuem uma maior (e crescente) expectativa de vida ao nascer (ALVES; CAVENAGHI, 2013; ALVES; CORRÊA, 2009).

No entanto, apesar dos resultados positivos conquistados, as desigualdades de gênero favorecendo o sexo masculino ainda são notáveis em vários aspectos da vida social e familiar (PICANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021; ALVES; CAVENAGHI, 2013; GUEDES, 2004; ROSEMBERG, 2001; 2002). Por exemplo, estudos indicam que as mulheres que trabalham ganham menos do que os homens para desempenhar as mesmas tarefas e estão inseridas em menor número no mercado de trabalho formal (ALVES; CAVENAGHI, 2013). Além disso, o Brasil ainda está longe de alcançar uma justa equidade de gênero em termos de representação política. Com apenas 15% de mulheres no Congresso Nacional, o país ocupa o 132º lugar no ranking mundial de participação feminina, o segundo Inter-Parliamentary Union (IPU, 2022). Esse é um dos piores desempenhos da América Latina, região que como um todo tem avançado significativamente na representação feminina na política por meio da política de cotas. No âmbito familiar, as mulheres de maior escolaridade demonstram maior poder de decisão acerca da organização familiar, mas aquelas de menor nível educacional ainda seguem

---

\*Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/ICS/UERJ). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Leuven, Bélgica. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG/UERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2052-4907>. E-mail: [mairacovre@gmail.com](mailto:mairacovre@gmail.com).

\*\*Pós-Doutoranda em Saúde Coletiva na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (PPGSC/FMUSP). Doutora em Antropologia Social (PPGAS/USP). Pesquisadora colaboradora no NUDERG/UERJ e está vinculada ao grupo Hybris/USP (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflito e Socialidades). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7703-5138>. E-mail: [fabilliwbr@gmail.com](mailto:fabilliwbr@gmail.com).

as decisões tomadas por seus maridos ou companheiros (COVRE-SUSSAI et al., 2013).

Mesmo alcançando níveis educacionais mais elevados que os homens, as mulheres brasileiras ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado dos filhos, estando submetidas à chamada dupla, muitas vezes tripla, jornada de trabalho (GARCIA; MARCONDES, 2022; SOARES, 2008; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007), sofrendo mais as consequências dessa sobrecarga (PICANÇO; ARAÚJO; COVRE-SUSSAI, 2021).

Mesmo diante da persistente desigualdade de gênero, a segunda década do século XXI revelou o avanço de uma onda conservadora no país, principalmente no que se refere aos direitos das minorias. O golpe parlamentar de 2016 e as eleições de 2018 evidenciaram crescentes ataques aos estudos de gênero, ao pensamento crítico, à diversidade de existências, aos processos criativos artísticos e aos direitos humanos. O

debate respaldado em argumentos lógicos, dados abertos avaliados pelo crivo científico e apoiado em informações de fontes confiáveis perdeu lugar na agenda do governo federal e seus simpatizantes para *fake news*, ofensas e declarações criminosas como simulacros de uma pseudoliberalidade de expressão. As narrativas construídas por esse pensamento egocentrado e resistente a fontes de dados confiáveis corroem direitos adquiridos em diversas esferas, tentam legislar sobre a privacidade, a moral e as liberdades individuais e promovem ataques aos processos e instituições democráticas.

Como é prática do pensamento científico, pesquisas acadêmicas produziram dados para compreender o avanço da pauta governamental neoconservadora nos costumes e sua articulação com o cenário internacional (MELO, 2020; CORREA, 2018). Além disso, pesquisas também se voltaram para identificar as motivações e perfis das pessoas que elegem e apoiam o atual presidente, entenderas estratégias midiáticas do executivo federal para encobrir denúncias de corrupção, assim como mapear os impactos dos arroubos autoritários contra as instituições democráticas, vastamente noticiados em veículos de circulação nacional (SPYER, 2021; CORREA; KALIL, 2020; BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020; CORREA, 2018; MISKOLCI; PEREIRA, 2018; KALIL, 2017; entre outras).

Todas essas ações e avanços do neoconservadorismo no Brasil apresentam uma preocupante deterioração de direitos humanos fundamentais e individuais garantidos pela Constituição de 1988. Os impactos dessa virada na forma de gestão política dos discursos sobre moral, liberdade e vida são visíveis nos mais diversos cenários. Na segurança pública, com a liberação e facilitação da posse de armas, as tentativas de dificultar a identificação de mortes causadas em operações militares, a truculência nas ações policiais nas periferias, favelas e comunidades em território nacional. Na saúde, o discurso de morte sobre determinadas vidas também esteve presente na gestão da pandemia de Covid 19 com o negacionismo à ciência, entraves para a compra de vacinas e início da imunização, acusações de fraudes e desvio de verbas que condenaram à morte quase 700 mil pessoas, em sua maioria, as mais necessitadas. Nas políticas migratórias, a seletividade na escolha das vidas que importam também esteve presente na mudança da gestão das fronteiras e no entendimento da população migrante e refugiada, principalmente a negra, como suspeitas com a volta da narrativa de segurança nacional em detrimento da defesa dos direitos humanos defendida no Pacto Global para Migração Segura de 2018<sup>1</sup>. Nos direitos da população indígena, com a legitimação do garimpo em terras de preservação ambiental, da tentativa de legalização da grilagem, da perseguição a lideranças indígenas e aumento da violência e ataques aos direitos fundamentais dessa população. Na Educação com o estímulo às filmagens de aulas tachadas como “esquerdistas”, à denúncia e perseguição de professores, a interferência nos conteúdos e práticas em sala de aula e a defesa de uma suposta “escola sem partido” e da “educação em casa”.

Os exemplos espraíam-se por campos tão diversos quanto é possível enxergar. Dentre as diversas estratégias, o governo Bolsonaro utiliza-se do pânico moral de uma sociedade egocentrada em seu conservadorismo sobre a diversidade de gênero, as múltiplas expressões da sexualidade e experiências de mundo para legislar sobre a vida privada, comportamentos, condutas pessoais e úteros. Uma gestão que defende a vida de forma seletiva. Não a da menina estuprada pelo tio, do qual engravidou. Para esta criança, sua dor foi publicizada e colocada em um palco com vazamento de seus dados pessoais, algo proibido pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA)<sup>2</sup>. Também não foi a vida das milhares de pessoas mortas pela necrogestão da pandemia autorizada pelo atual presidente e sua equipe, mas da criança que supostamente teria apresentado efeitos severos de uma dose de vacina, associação sabida ser indevida<sup>3</sup>. A defesa da vida que o governo parece seguir é a de ‘direitos humanos para humanos direitos’.

Como foi possível acompanhar, a gestão do governo Bolsonaro cerceia o acesso a dados, impõe censura centenária a informações de interesse público e à participação da sociedade civil nos processos de elaboração de políticas públicas. Os dados sobre os casos de COVID-19 só foram possíveis com o consórcio de secretarias de saúde e de veículos da imprensa. Outra maneira de cercear o acesso a dados é o sucateamento de agências de controle e informação, como o INPE<sup>4</sup> e o IBAMA<sup>5</sup> em relação ao desmatamento e avanço do garimpo na Amazônia. Também é um governo que ataca frontalmente a ciência. Em 2021 o governo anunciou um corte orçamentário de 87% da verba para Ciência e Tecnologia, o que inviabiliza a concessão de bolsas de pesquisa, assim como o funcionamento de programas de pós-graduação<sup>6</sup>.

As possibilidades de participação e crítica da sociedade civil também estão em risco no modelo de gestão de governo atual. Ainda em abril de 2019, um dos primeiros decretos<sup>7</sup> do governo Bolsonaro extinguiu 75% dos grupos de trabalho, conselhos e comitês nacionais, espaços importantes de participação, monitoramento e proposição da sociedade civil. Além disso, não é pouco lembrar que, desde fevereiro de 2021, o 4º Programa Nacional de Direitos Humanos tem sido reformulado a portas fechadas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (PNDH) com uma equipe formada apenas por funcionários ligados ao atual governo, sem a presença de entidades da sociedade civil, ao contrário dos PNDH de governos anteriores, os quais desde a década de 1990 são formulados com ampla participação da sociedade civil.

Diante do atual cenário, este dossiê foi organizado como forma de articular estudos de áreas diversas, engajados em diagnosticar os problemas sociais relacionados às desigualdades motivadas por questões de gênero e apresentar possibilidades de avanços. Principalmente, este dossiê surge da preocupação com a corrosão de direitos humanos e da viabilidade das políticas públicas desencadeadas na atual gestão do governo federal. Propõe-se a apresentar dados, articular áreas diversas de saber, fazendo dialogar suas análises sobre o mundo e sobre as políticas públicas atuais. Enfrentando os ataques ao pensamento crítico e ao apoio à ciência, propomos o movimento de criar espaços de análise e troca de conhecimento, defendendo a liberdade de expressão que se sabe diferente daquilo que é ameaça, crime e violência. Propomos esse exercício a partir do debate que nos une, qual seja, os estudos de gênero e suas interseccionalidades.

Historicamente, os estudos de gênero surgiram para questionar essencialismos e binarismos produtores de desigualdades, assimetrias e violências. Muito além de uma reflexão meramente teórica sobre o mundo, suas propostas e questionamentos partiram dos desafios vividos no cotidiano por pessoas diversas em contextos múltiplos. Foi, então, a partir do movimento e reflexão feminista e de mulheres no mundo que foi possível produzir o confronto às normas culturais e as mudanças de padrões e vidas. Os estudos de gênero mostraram como os corpos são submetidos a diferentes tipos de desigualdades e violências baseadas no gênero, sendo generificados e políticos. Além disso, esse campo tem avançado suas análises com a contribuição dos estudos decoloniais, *queers*, migratórios, anticapacitistas e outras intersecções cruciais para compreender as questões contemporâneas. Não é à toa que grupos neoconservadores fazem circular a falácia da ideologia de gênero, porque além de reflexão, os estudos de gênero promoveram e promovem todos os dias confronto e ação.

Diante deste contexto de avanço de um pensamento que tolhe as possibilidades de igualdade de direitos, é preciso compreendermos quais os desafios colocados para as diversas áreas de enfrentamento de desigualdades: violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, política, racismo, saúde pública, migração e refúgio, trabalho, direitos indígenas, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, políticas LGBTQIA+. Estas são algumas das áreas que sofreram impactos severos com o avanço de pensamentos conservadores com o intuito de homogeneizar e combater multiplicidades de existências no mundo.

Dessa maneira, esse dossiê é composto por seis artigos, os quais irão aprofundar a reflexão sobre a atual situação de algumas dessas áreas de conhecimento, ação e direitos. Os temas se

dividem, principalmente, entre três perspectivas: (1) estratégias de enfrentamento; (2) impacto na vida das pessoas; (3) práticas estatais.

Como **perspectiva das estratégias de enfrentamento**, entende-se os temas preocupados em pensar sobre as estratégias de ação produzidas pelos diversos movimentos sociais frente ao desmonte e ataques aos direitos humanos. Nesse sentido, o artigo das autoras Fabiane Vinente dos Santos (ILMD/Fiocruz-AM) e Maria Assunta Pedrosa (SECOYA) abre este dossiê com a reflexão sobre o desmonte dos direitos indígenas e as estratégias de luta e enfrentamento construídas pelas indígenas mulheres no Amazonas a partir do debate da saúde. Se uma das principais preocupações desse dossiê é pensar as diversas possibilidades de refletir e agir sobre a gestão atual do governo brasileiro, o artigo das autoras apresenta os enfrentamentos à política anti-indígena a partir das articulações das indígenas mulheres pela luta por direitos e pela vida.

Com um enfoque diverso, Luanda Chaves Botelho (IBGE/UFRJ) nos mostra como a produção de dados pode ser um instrumento poderoso para visibilizar desigualdades e sua importância para fomentar políticas públicas e ações. Em seu artigo “Panorama de indicadores sobre as mulheres com deficiência no mercado de trabalho”, Botelho evidencia a importância de formular indicadores sobre as mulheres com deficiência no mercado de trabalho a partir de dados da edição mais recente da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) de 2019. Ao mostrar a ausência de informações sobre pessoas com deficiência no mercado de trabalho em bases de dados de referência para a elaboração de políticas públicas, como é o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Censo Demográfico e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a autora nos apresenta uma estratégia importante de colocar em debate um tema urgente na agenda pública nacional. Os números, longe de serem dados meramente objetivos, também são lugares de luta e disputam sentidos. Não precisamos ir longe no noticiário para encontrar *fake news* baseadas em porcentagens, pseudoestudos quantitativos e dados que jamais passaram pelo crivo de análise científica. Botelho nos mostra a potência de uma análise rigorosa e transparente dos dados para o avanço nas políticas públicas para pessoas com deficiência, garantindo seus direitos e a participação compartilhada na sociedade.

A **perspectiva dos impactos na vida das pessoas** reúne artigos preocupados em refletir sobre a atual gestão federal sobre políticas públicas em temas diversos como gênero, família e pessoas com deficiência. O artigo das autoras Priscila de Souza Silva (PPGDEM/UFRN), Luana Junqueira D. Myrrha (PPGDEM/UFRN) e Silvana Nunes de Queiroz (URCA, PPGDEM/UFRN) analisa o impacto das mudanças econômicas e sociais nas oportunidades e possibilidades de mobilidade intergeracional das filhas de trabalhadoras domésticas nas grandes regiões brasileiras, a partir de dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para cinco grandes regiões brasileiras em 2014. O trabalho das autoras permite observar como políticas públicas podem impactar de maneiras diferentes na vida das pessoas, seja acirrando desigualdades sociais ou enfrentando-as para superá-las. Ainda nessa perspectiva, o artigo de Karina Cardoso Meira (Escola de Saúde e PPGDEM/UFRN), Jordana Cristina de Jesus (PPGDEM/UFRN), Weverton Thiago Rodrigues da Silva (PPGDEM/UFRN) e Eder Samuel Oliveira Dantas (PPGDEM/UFRN), intitulado “Suicídio em mulheres no estado do Rio Grande do Norte na perspectiva de gênero”, mostra como contextos de crise, tal como os ocasionados pela pandemia da COVID-19, aumentam os fatores de risco para o suicídio pela dificuldade em se exercer os papéis tradicionais de gênero. Para analisar esse período, as(os) autoras(es) mostrarão seus efeitos nos casos de suicídios de mulheres disponíveis nos dados do Observatório da Violência da UFRN (OBVIO), no Rio Grande do Norte entre 2011 e 2020.

Os artigos reunidos na **perspectiva das práticas estatais** apoiam suas análises nas gramáticas e modos de fazer de agentes estatais, sejam eles da área da justiça e segurança pública ou gestores vinculados a órgãos do poder executivo. O artigo de Jacqueline Moraes Teixeira (UnB) e Olívia Alves Barbosa (PPGAS/USP) procura refletir, a partir da ação de religiosos na gestão de secretarias e comissões centrais do poder executivo federal, sobre seu impacto na produção de políticas públicas e na disputa pela gramática dos Direitos Humanos. As autoras centram-se na trajetória e atuação da ministra Damara Alves (MMFDH), elucidando a forte articulação de segmentos religiosos cristãos na cena política brasileira, com foco no período de 2019-2021. Ainda nesta perspectiva, o artigo de Isadora Vianna Sento-Sé irá explorar as percepções de gestores da segurança pública e de policiais militares do Estado do

Rio de Janeiro sobre as Patrulhas Maria da Penha – Guardiões da vida, programa de proteção a mulheres em situação de violência. A partir de dados qualitativos, o estudo de Sento-Sé permitirá avançar na compreensão dos pontos de resistência e confluência ao programa dentro da polícia, reflexão importante para aprimorar políticas públicas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, seus resultados apontam para a existência de forças diversas que se articulam na composição daquilo que será esta política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Por fim, os estudos apresentados nesse dossiê se apoiam em análises comparativas e contrastivas entre as gestões atuais e anteriores do poder executivo federal brasileiro. Apoiam-se ainda em dados produzidos por pesquisas e perspectivas de diversas áreas do conhecimento realizadas com crivo científico e ético, potencializando os resultados apresentados. Consideramos que os artigos serão importantes para qualificarmos o debate sobre o desmonte das políticas públicas e direitos humanos na atual conjuntura, assim como para traçar caminhos para avançar no combate às desigualdades sociais, violências e discriminações, principalmente aquelas motivadas pelo gênero.

Os artigos foram escritos e organizados com o intuito de romper barreiras entre as diferentes áreas do conhecimento nas Ciências Humanas e suas formas de analisar e pensar os problemas sociais a partir da categoria gênero e suas interseccionalidades. Não é uma tarefa acabada. Procuramos com esse dossiê não apenas apresentar eixos e pontes para o diálogo interdisciplinar, a reflexão e a crítica ao contexto atual em que vivemos. Pretendemos também reforçar a importância de nos fazermos presentes enquanto ciências humanas e sociais em ação. Nosso enfrentamento se faz na produção de dados quantitativos e qualitativos que nos possibilitam avaliar problemas e construir soluções através de políticas públicas baseadas em evidências. É a partir da articulação entre teoria, empiria e prática que avançaremos no encontro às estratégias e soluções para o enfrentamento às desigualdades e para os avanços de ações que consolidam as diversas existências e vidas no mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 83, 2013. DOI:10.5433/2176-6665.2013v18n1p83.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Suzana. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: *Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP): Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2009. p. 121-223.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- CORREA, Sônia; KALIL, Isabela. Políticas antigênero em América Latina: Brasil – ¿la catástrofe perfecta? Publicado por el Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020.
- CORREA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 53, 2018.
- COVRE-SUSSAI, M. et al. Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. *Genus*, v. 69, n. 3, p. 47-73, doi:10.4402/genus-500, 2013.
- GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Gláucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 39, 2022.

- GUEDES, Moema de Castro. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAL, 14., 2004, Caxambú. Anais... ABEP, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- KALIL, ISABELA. Gênero, política e religião nos protestos contra Judith Butler. *Nexo Jornal*, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/G%C3%AAneropol%C3%ADtica-e-religi%C3%A3o-nos-protestos-contr-Judith-Butler>
- MELO, Flávia. “Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil”. In: Dossiê Inflexões feministas e agenda de lutas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/ref/a/qzQJqn8gWfBY4Rvdp3dxwDP/?format=pdf&lang=pt>
- MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Who’s Afraid of Judith Butler? The Moral Crusade against Human Rights in Brazil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, 2018.
- PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de O.; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 1-31, 2021.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 151-197, 2002.
- SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.
- SOUZA, Candice Vidal; BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 414-432, 2001.
- SPYER, Juliano. *Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam?* São Paulo: Geração Editorial, 2020.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development*. (Human Development Report 2010). New York: UNDP, 2010.
- WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington, D.C.: 2011.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup>O Brasil se tornou signatário do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular em dezembro de 2018, final do governo Michel Temer. Imediatamente, o então futuro ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo anunciou que o Brasil deixaria o Pacto assim que o governo Bolsonaro tomasse posse. Esta foi a primeira ação do governo de retorno a uma narrativa de segurança nacional, uma vez que se utilizou a justificativa de defesa da soberania nacional para a saída do Pacto. Justificativa infundada, uma vez que o documento assegura a soberania nacional dos Estados signatários e se constituiu mais como garantia de direitos humanos e proteção às pessoas que migram. Para mais informações, consultar: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>
- <sup>2</sup>Para mais informações: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-dameres-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>
- <sup>3</sup>Mais informações sobre esse caso podem ser encontradas em: <https://veja.abril.com.br/coluna/Maquiavel/a-constrangedora-visita-de-dameres-e-queiroga-a-menina-vacinada-em-sp/>
- <sup>4</sup> Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- <sup>5</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

---

<sup>6</sup>Mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbos-para-ciencia-e-tecnologia/>

<sup>7</sup>DECRETO Nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm)